



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA NASCENTES DO RIO GRANDE**

Ata da 1ª Reunião Ordinária do ano de 2024, realizada em 26 de março de 2024, por meio da Plataforma Microsoft Teams. A reunião teve início às 14h00, **Item 1:** a abertura foi feita pelo presidente do CBH Nascentes do Rio Grande, Gustavo Alvarenga Rodrigues, o qual apresentou as saudações de boas vindas aos conselheiros. Estiveram presentes na reunião: **Segmento Poder Público Estadual:** Eduardo de Araújo Rodrigues e Robson Rodrigues dos Santos (IGAM), Márcio Heitor Stelmo da Silva (SES), Rodrigo Mesquita Costa (SEMAD), Reginaldo da Silva Alves (IEF), Márcio Edgar Rodrigues Leite (EMATER), Silvia Buono da Silva Ribeiro (FEAM), Jackson André de Andrade (PMMG); **Segmento Poder Público Municipal:** Matheus Augusto de Oliveira Alves (Município de Nepomuceno), Gustavo Alvarenga Rodrigues (Município de Lavras), Max Lino Machado (Município de Santo Antônio do Amparo), Cláudio Heitor Oliveira (Município de Itutinga), Joyce Jennifer de Andrade Nascimento (Município de Nazareno), Washington Ângelo de Souza (Município de São João Del Rei); **Segmento Usuários de Recursos Hídricos:** Lucas Passos de Souza (SAAE OLIVEIRA), Mylena Nascimento Rodrigues de Oliveira (FIEMG), Josimar Cornélio da Páscoa (COPASA), Dênio Drummond Procópio (CEMIG), Camila Aparecida dos Santos (CSN Cimentos), Caio Sérgio Santos e Oliveira (FAEMG), Paulo Ernani Martins Ferreira (Paulo Ernani Martins Ferreira-ME); **Segmento Sociedade Civil:** Gustavo Casali Sminka (Brigada 1), Karinne Bittencourt Machado de Souza Brilhante (ARPA São João Del Rei), Charles Henrique Fernandes Reis (IRIS), Adriano Valério Resende e Lucas Guedes Vilas Boas (CEFET-MG), Paulo Roberto Machado Carvalho (ASSEAL), Jaime Luciano (Anjos Solidários). **Convidados:** Fabiana Monteiro de Moura Fernandes Campos e Maria de Lourdes Amaral Nascimento (GECBH/Igam); Rodrigo Flecha (ANA); José Edilberto da Silva (CBH Mogi-Pardo). Gustavo deu sequência à reunião agradecendo o apoio da Fabiana da GECBH e destacou a importância da gestão hídrica como o mais importante item de sustentabilidade. **Item 2: Comunicado dos conselheiros:** O presidente Gustavo Rodrigues abriu a palavra aos conselheiros, mas não houve manifestação. Assim Gustavo falou da iminência da entidade equiparada (Agevap) e reforçou que a bacia está muito bem assessorada, além da Agevap, pelo Igam e pela ANA. Reforçou que o CBH Nascentes do Rio Grande tem um bom relacionamento com os órgãos gestores e que estão realmente muito bem assessorados, porque o *know how* deles se destaca na questão hídrica. E disse ainda que cabe a cada um, como atuantes na gestão local, e que nasceu, vive e atua na circunscrição hidrográfica há muito tempo, somar o conhecimento técnico e o *know how* individual com essas instituições. Destacou novamente que em breve terão a entrada da agevap e que isso vai mudar um pouco o cenário no Comitê. **Item 03: Aprovação das atas:** O presidente, Gustavo, colocou em pauta a aprovação das atas da 1ª e 2ª Reuniões Extraordinárias do CBH Nascentes do Rio Grande, realizadas no dia 28/12/2023. Todos dispensaram a leitura e como não houve nenhum destaque e nenhuma consideração a ser feita, partiu-se para o regime de votação em bloco e as atas foram aprovadas por unanimidade. **Item 04: Apresentação sobre a Cobrança pelo uso de Recursos Hídricos na Bacia do CBH Nascentes do Rio Grande.** No item 04 da pauta, o presidente passou a palavra para Athos Rodrigo Lino de Souza, técnico da Gerência de Instrumentos Econômicos de Gestão (GECON/Igam) que fez a

apresentação sobre a Cobrança na bacia, discorrendo sobre o que é a Cobrança, a importância desse instrumento de gestão, explicando sobre a legislação pertinente ao tema, falando sobre a importância da implementação das ações para melhor uso dos recursos hídricos. Falou ainda sobre a situação da Cobrança na bacia, do cálculo do valor anual da CRH e explicou que o valor das tarifas atualizadas referente à CRH em cada bacia hidrográfica serão publicadas no diário oficial do estado de Minas Gerais, no prazo de até 60 dias após a publicação do IPCA. Após finalizar a apresentação, Athos se colocou à disposição para dirimir dúvidas e para questionamentos. Gustavo falou que como antes eram duas circunscrições (GD1 e GD2) ele estava em dúvida se eram arrecadações diferentes. Questionou se tinha informações específicas sobre a cobrança aqui na circunscrição. Porque ele tinha recebido uma informação que o GD2 já tinha dado início à Cobrança e o GD1 não. Athos informou que são arrecadações diferentes sim e que o GD2 já começou a cobrar ano passado, em 2023, e que a efetiva arrecadação começa no calendário de 2024. Explicou que o cálculo e o pagamento dos DAEs já foram feitos e que no ano que vem haverá a apuração de inadimplência e depois será feito o repasse referente ao GD2. Eduardo Araújo (Igam) lembrou que os usuários que eventualmente quiserem fazer a declaração dos seus usos para justificar o uso menor ou requerer um uso maior tem um prazo para fazê-lo, até o fim do mês de março. Frisou que a declaração não é obrigatória e não há nenhum um tipo de sanção ou penalização para o usuário, mas fazê-la é uma oportunidade de declarar o uso real do usuário. Aproveitou para lembrar a todos os usuários que uma prática recorrente da outorga é requerer reserva de água, ou seja, uma vazão maior do que aquela que de fato é usada. Devemos ter consciência e utilizar a água de maneira racional. Não devemos usar mais água do que temos, temos o dever de sermos econômicos, parcimoniosos. A Cobrança embora seja muito destacada no seu papel arrecadatório, ela é muito mais importante no seu papel disciplinatório. Lembrou novamente que todos aqueles que têm reserva de água por conta de uma outorga, com vazão maior, vão pagar mais por isso, mas pagar por uma água que não se usa, tira o direito de outro usuário que esteja precisando utilizá-la. Athos Rodrigo agradeceu a fala e o lembrete feito pelo Eduardo e disse que fazer a declaração tende a beneficiar o usuário. Márcio Edgar (EMATER) colocou uma dúvida referente à Cobrança. Perguntou como saber se o usuário está sujeito ou não, à Cobrança. Tem algum meio, alguma forma de pesquisar essa informação? Athos informou que se ele tem outorga vigente, ele está sujeito à cobrança. E até mesmo quem está em processo de renovação da outorga, também está sujeita à cobrança. Márcio questionou novamente se o comitê poderia atuar na dúvida do usuário, se ele está sujeito à Cobrança, se tem uma outorga, tem alguma forma de descobrir? Athos respondeu que no site do Igam eles conseguem acessar essas informações e fazer a emissão do DAE. Lucas Passos (SAAE de Oliveira) informou que representa um grupo de usuários no município de Oliveira e que entrou no site para verificar as pendências para fazerem o pagamento e que a contabilização do volume que eles utilizam estava errada e como poderiam fazer para corrigir isso. Athos explicou que eles devem entrar no site do Igam, no menu lateral da esquerda, dentro de Cobrança pelo uso da água e que lá tem as orientações com a documentação necessária para solicitar a revisão da cobrança. Destacou que essa revisão pode se dar para menor ou para maior. Lucas questionou se esse pedido de revisão seria um protocolo a partir do sistema, para cada processo independente? Athos pontuou que sim, que deve ser feita a revisão para cada ponto de captação. Lucas perguntou como seria essa comprovação do consumo, e Athos explicou que é necessário ter um equipamento de medição instalado, normalmente um hidrômetro, que é uma das condicionantes de outorga, quando o pedido é feito. Eduardo de Araujo (Igam) falou da importância de instalar esses equipamentos de medição, para evitar autuações que podem levar até a perda da concessão da outorga, e salientou para verificarem as condicionantes impostas. Jaime Luciano (Anjos Solidários) falou sobre os usuários que não são cobrados por não atingirem o valor de mais de R\$ 200,00 por período, e questionou se estes ficam inadimplentes. Athos pontuou que nesses casos o pagamento fica acumulado por três períodos até atingir o montante de R\$ 1.000,00 e aí sim é emitido o DAE para o pagamento, com o somatório desses períodos acumulados. O usuário pode ter uma noção desse valor, fazendo uma consulta à GECON por meio do e-mail cobranca.agua@meioambiente.mg.gov.br. Jaime Luciano perguntou ainda como proceder no caso dos usos insignificantes, o que os usuários têm que fazer. Athos explicou que os usos insignificantes não são passíveis de outorga e que eles têm um trâmite específico de regularização

junto a GERUR/Igam. **Item 05: Deliberação da alteração do Regimento Interno.** O presidente Gustavo Rodrigues, explicou que a Procuradoria do Igam, emitiu Nota Jurídica em que recomenda a supressão do Artigo 39 do Regimento Interno do CBH Nascentes, aprovado em dezembro de 2023. Pediu o apoio do Igam para contextualizar essa alteração. Fabiana Moura explicou que a Nota Jurídica solicitou a supressão do Artigo 39, pois entende que não é papel do comitê julgar falta ética dos conselheiros e sim é dever das Comissões de Ética. Quanto aos recursos, esses devem ser diretamente enviados ao Conselho de Ética e não ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. Após a explicação não houve dúvida, nem questionamentos da plenária e o presidente procedeu para a votação. No que foi aprovado por unanimidade a alteração no Regimento Interno, conforme solicitado na Nota Jurídica do Igam. **Item 06: Apresentação e informações sobre o ERCOB em Belo Horizonte.** O presidente Gustavo informou que esse ponto de pauta foi cancelado, pois não havia informações consolidadas ainda para serem repassadas para a plenária e sugeriu que discutissem um dos pontos críticos da bacia do Nascentes do Rio Grande: a bacia do Rio das Mortes. Disse que o CBH vai ter que tratar o assunto como frente de trabalho e explicitar os problema também para a AGEVAP. Solicitou à plenária que pudessem discutir o assunto nesse item de pauta, sobre a possibilidade do CBH, Diretoria e Plenária atuar em primeira mão na bacia do Rio das Mortes. Dando prioridade aos municípios, porque essa bacia tem o índice de carreamento de sedimentos muito grande. E o CBH Nascentes, talvez seja a área mais afetada. Propôs então que nesse espaço da reunião fosse colocado para a plenária e para os demais presentes a intenção do Comitê atuar junto às estações de tratamento ao longo da bacia do Rio das Mortes. Usar o recurso da Cobrança nessa bacia, que seria, talvez, o ponto mais crítico da cabeceira do Rio Grande. Sugeriu que a Agevap, entre com o projeto e os municípios com a execução. Afirmou que além do esgoto doméstico e do esgoto dos municípios, ela tem ainda a poluição pelos sedimentos das minerações. Pontuou que em reunião com a Diretoria do CBH, chegaram à conclusão de expor isso para a plenária e salientou a importância de priorizar os projetos de estação de tratamento de esgoto dos municípios onde é necessário e investir nessa bacia que está degradada. Também pontuou que existe a possibilidade também pelo o avançado grau de degradação da área, perderem o investimento e não conseguirem recuperar a bacia. Disse que tudo isso precisa ser discutido para terem um ponto de partida nesse investimento. Após apresentar a proposta, abriu a palavra para a plenária opinar sobre o tema. Jaime Luciano achou muito pertinente a fala de Gustavo e concordou com os problemas existentes no Rio das Mortes. Falou que toda essa poluição são carreados para os outros municípios que estão a jusante e falou que não podem se esquecer que isso envolve decisões políticas. Que é importante traçar todo esse trabalho com os gestores públicos que são eleitos pelas populações dos diferentes municípios da bacia. Afirmou que acredita em um bom resultado ao final do processo e que está de acordo com a proposta. Reginaldo Alves (IEF) manifestou que gostaria que fossem somados esforços para analisar os impactos da atividade de extração de areia na bacia do Rio das Mortes, haja visto que foi constatado a relação da atividade com a degradação dos rios. Citou exemplos das cidades de Resende Costa, São Tiago, Rio do Peixe e Rio Santo Antônio. Eduardo Araújo (Igam) esclareceu que a arrecadação do CBH não é uma arrecadação que permitirá altos investimentos. Nesse primeiro momento o CBH não vai conseguir prover investimentos de grande monta, que na sua implementação, vão consumir muito recurso. Disse que é uma proposta interessante apresentada pelo Gustavo, mas que vem observando nos CBHs que já possuem Cobrança há algum tempo, que determinados projetos e análise de ações na bacia não tem exatamente os estudos necessários. Frisou que essa é uma das missões, é um dos papéis definidos para os comitês de bacias e para os usos dos recursos da Cobrança na nossa legislação. Citou como exemplo, projetos de saneamento ou mesmo de restauração e recuperação de bacias hidrográficas, dizendo que é preciso que se tenha estudos e projetos específicos para poder conseguir implementar isso. Citou exemplos de grandes projetos na bacia do Rio Doce e do Rio Grande, que terão R\$ 70 milhões em investimentos em saneamento. Como pontuou é um recurso vultoso. Frisou que para grandes cidades é pouco dinheiro, mas para cidade pequenas, se consegue fazer 10 tratamentos de esgoto, o que é um negócio muito significativo no resultado para estas cidades. Destacou que acontece muitas vezes, de abrir um edital com esse aporte de recursos, mas quando chega no município, o município não tem um projeto de R\$ 200.000,00 que daria a ele a condição de concorrer nesse edital. Sem o projeto executivo elaborado, ele não

consegue entrar no edital. Ressaltou a importância de todos refletirem, e disse que precisam aproveitar esse momento de revisão de plano de bacia para apontar, as áreas prioritárias na bacia. Lembrou que o CBH Nascentes é um comitê que vai integrar as áreas prioritárias do GD1 e do GD2, e que é necessário verificar isso com muita presteza. Falou que um ato contínuo que virá desse momento de revisão de plano é a implementação do enquadramento de corpos de água que deve vir logo a seguir e no enquadramento de corpos de água. O enquadramento serve para diagnosticar o rio que temos e o rio que queremos, para estabelecer um programa para o rio que podemos. Quando se fala o rio que temos e o rio que queremos, a gente detecta os principais trechos do rio com os usos que tem a maior demanda de qualidade e não alcança essa qualidade na bacia, então nesse nesse momento a gente aponta um nível de priorização muito interessante, mas nós ainda não temos isso. E pensando nos prazos de contratação etc, o CBH não conseguirá fazer isso nesse primeiro momento, pois deve priorizar o que já está no Plano. Sugeriu ao Gustavo que nessas revisões do Plano que estão sendo feitas já deixar de uma certa forma, apontadas dentro da bacia aquelas áreas, que podem ser muitas, que o CBH precisa priorizar, seja para atender um abastecimento humano, seja para recuperar por conta de um impacto de mineração, seja por outros motivos quaisquer, para recuperar a bacia e pensar: como fazer esses investimentos? Indicou que num eventual edital, houvesse uma priorização, olhando a bacia da cabeceira para a foz. Porque é importante pensar, que existem trechos da bacia onde você tem impactos mais significativos, porque o resultado, a produção de efluente, por exemplo, em uma cidade pode ser muito maior do que em outras. Exemplificou que às vezes, você pode ter dez municípios numa cabeceira que não tem impacto significativo e tem um município, num trecho de médio curso que tem um impacto avassalador. Finalizou dizendo que precisam pensar nisso tudo na hora de priorizar, mas opinou que o comitê vai seguir bem e o que está sendo discutido é um caminho para o CBH estimular mais pra frente. Gustavo agradeceu e pontuou que como o CBH Nascentes é produtor de água, tem essa mancha em seu território. E que o Rio das Mortes ou “a gente investe ou a gente deixa morrer, então tem esse risco”. Dando continuidade à reunião, passou a palavra para Gustavo Casali (Brigada 1) que falou que tem uma relação próxima com o Rio das Mortes, pois vive à beira dele e trabalha em toda a região banhada por ele. Falou da degradação ambiental da mata ciliar que observa ao longo do rio. Concordou com a fala do Eduardo e sugeriu para acelerar o processo, que buscassem parcerias locais com universidades e etc. Falou que a questão política é primordial para a conseguirem trabalhar, mas se também se buscar essa parceria empresarial, fortalecer essa parceria com eles. Finalizou trazendo a falar do presidente Gustavo, quando ele citou que o Rio das Mortes está agonizando, frisou que “ou a gente começa a trabalhar ou a gente nunca vai ter o resultado esperado”. E ainda pontuou que pode ser um investimento que não vai ter resultado, mas mesmo assim questionou “a gente vai deixar o Rio até o momento dele agonizar mesmo”? Disse ainda que é essencial a questão do tratamento de esgoto e também a recuperação das matas ciliares para evitar essa entrada de sedimentos. Gustavo Rodrigues pontuou que foi bom o Gustavo Casali ter falado sobre essa questão política, porque é necessário ressaltar o papel político do Comitê, porque a Agevap, Igam e ANA suprem muito bem essa questão técnica, e o Comitê, ele tem um viés político que precisa ser mais explorado. Afirmou que possuem o *know how* local, pois estão na área e conhecem a bacia. Paulo Roberto Machado (ASSEAL) pediu a palavra e reiterou a fala dos outros conselheiros, e afirmou que o Rio das Mortes é o principal poluidor do Rio Grande na cabeceira. E frisou que é importante conhecer quais são as fontes de poluição do rio das Mortes. Analisar de quem é essa responsabilidade. Essa fonte de poluição é do produtor rural que planta sem adotar medidas de controle? São das mineradoras, das extrações de areia? O primeiro passo, para poder estabelecer um programa a longo prazo, é ter um diagnóstico. Disse que no seu ponto de vista, esse diagnóstico pode utilizar a revisão do plano diretor que está sendo feita. Frisou sobre o trabalho integrado Igam/ANA e CBHs Afluentes para a revisão do Plano e indicou que o momento é esse para se ter esse diagnóstico. Pontuou também que se adotarem somente o trabalho em cima de medidas corretivas e preventivas, e não eliminarem ou diminuírem a fonte de contribuição desse processo erosivo vai embora o dinheiro do Comitê e não vai resolver o problema, então a gente tem que ter o diagnóstico e identificar as fontes de poluição. Concordou com a ideia de priorizar o Rio das Mortes, mas frisou que devem estabelecer essa prioridade na revisão do Plano Diretor. O presidente agradeceu a contribuição de Paulo Roberto e passou a palavra novamente para

Eduardo Araújo que lembrou que onde se consegue avançar em programas, seja de restauração, seja de tratamento de esgoto, é onde a gente consegue unir recursos da calha federal, da Cobrança na calha com recursos dos comitês afluentes. A proposta da integração dos recursos em programas da bacia como um todo, que resultem em ações para cada comitê afluente que produzam melhoria de qualidade e aumente a disponibilidade de água na bacia como um todo, inclusive na calha federal. Salientou que quando você cuida da bacia e das bacias afluentes, você está cuidando da calha, e dos rios de domínio interestadual ou de domínio da união? E dessa forma, consegue-se avançar pra essas fronteiras. Fez um gancho com a fala do Gustavo Casali e disse que é possível fazer parcerias com entidades privadas sim, mas eles têm um limite de comprometimento de recurso, porque você não pode simplesmente escolher uma universidade para fazer parceria ou escolher uma entidade ou uma ONG para fazer parceria. Como estamos usando recursos públicos, em geral a gente tem que abrir editais, com ampla concorrência e seguir todo um rito burocrático, ter a lisura dentro do processo para poder atender o gasto do recurso público. Afirmou que talvez o maior trabalho que a bacia tem que fazer é estabelecer prioridades. E recomendou que olhem a bacia como um todo, porque na maioria das vezes é olhando para a bacia como um todo, que se enxerga melhor as prioridades. Gustavo Rodrigues agradeceu mais uma vez as contribuições do Eduardo e passou a palavra para o Jaime Luciano, que concordou com a falar de Paulo Roberto e Eduardo e frisou da importância de se ter projetos, e da necessidade de ter um diagnóstico. Falou ainda que muitas vezes os municípios não tem pessoas capacitadas para fazer esse diagnóstico e desenvolver os projetos e também para captar os recursos futuros. A seguir, Caio Oliveira (FAEMG) pediu a palavra e aproveitou a oportunidade para dizer que a FAEMG está desde 2016, desenvolvendo projetos de restauração e recuperação de áreas degradadas, que começou com o projeto ABC cerrado e posteriormente passou para o projeto do FIP - Paisagens Rurais, que é desenvolvido não só em Minas Gerais, mas em outros sete estados brasileiros, um programa do Banco Mundial. Salientou ainda que no momento estão com uma iniciativa Agro Mais Verde em parceria com a Cargil, trabalhando na recuperação e na restauração. Perguntou se seria possível fazer uma apresentação desse projeto numa próxima reunião, para que os conselheiros membros do CBH conheçam a iniciativa, o trabalho que está sendo realizado, e que isso possa ser um espelho para o que está sendo proposto aqui no grupo. O presidente Gustavo assinalou positivamente e disse que já anotou a sugestão para uma próxima reunião, e agradeceu a participação. Caio finalizou dizendo que uma coisa que aprenderam com esse trabalho é que se não envolvermos a pessoa que vai estar lá na ponta, seja o produtor rural ou o empresário, “a gente não consegue abraçar o mundo e carregar o piano sozinho. Então deve haver a sensibilização, e o comprometimento também lá na ponta para ajudar o trabalho. Não basta ter boa intenção se não tiver o comprometimento de todos”. Eduardo ressaltou a importância da FAEMG e que vários cursos que a FAEMG/Senarminas ministram podem ajudar nessa capacitação e melhoria constante nos temas importantes para o CBH. **Item 07: Assuntos Gerais.** Gustavo Rodrigues abriu a palavra para a plenária se manifestar. Eduardo Araújo pediu a palavra falou sobre a comemoração da Semana da Água e manifestou a importância de se trabalhar com educação ambiental, citou até o exemplo da ONU com o Programa Cidade Árvore, que beneficiou a cidade de Juiz de Fora. E um dos pré-requisitos desse Programa é ter o dia da Árvore. Contextualizou dizendo que é de praxe estabelecer dias para lembrar de coisas importantes que a gente esquece, e que nesse sentido a água não merece apenas um dia mundial, e sim 365 dias mundiais, pois a gente devia pensar nisso o tempo todo. Lembrou a todos o presentes, a importância de se fazer uma reflexão dessa Semana da Água e de participar com efetividade da revisão do plano da bacia do Rio Grande para participar com a efetividade do Comitê. Frisou a grande participação do grupo na reunião e sugeriu que façam essa reflexão todos os dias, para que possam seguir aperfeiçoando e construindo a gestão de recursos hídricos para a causa ambiental, e criando uma condição melhor para essa geração e para as gerações futuras. Agradeceu a oportunidade de falar sobre isso pra todo mundo e frisou que precisamos lembrar que todo dia é dia mundial da água. O presidente Gustavo parabenizou a colocação de Eduardo e destacou a importância do Igam para o CBH e sua participação ativa nas reuniões, falou que Eduardo, realmente veste a camisa e sabe para o que vem, e vem pra trabalhar mesmo. **Item 08: Encerramento.** O presidente Gustavo Rodrigues partiu para o encerramento da reunião e contextualizou que o CBH Nascentes do Rio Grande tem 65 municípios, aproximadamente

800.000 habitantes e 19.298 km² de área. Frisou que o CBH tem muito trabalho e precisam realmente ser efetivos nas ações. Disse que o Comitê é muito coeso e com membros muito ativos. Gustavo agradeceu a presença de todos, conselheiros e convidados e encerrou a reunião.



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Alvarenga Rodrigues, Presidente(a)**, em 20/05/2024, às 12:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **88312617** e o código CRC **954A6AB0**.

Referência: Processo nº 2240.01.0003589/2024-08

SEI nº 88312617